

Benefício contestado pelo CNJ custa R\$ 44,8 mi ao Paraná

17 JAN 2012

R\$ 5 mil

mensais são pagos a 747 juízes ativos e inativos (e a seus pensionistas, no caso dos falecidos) a título da Parcela Autônoma de Equivalência.

Pagamento retroativo da equiparação dos vencimentos dos juízes aos dos parlamentares federais criou gasto bilionário no Judiciário do país

Sandro Moser

■ Motivo da mais nova polêmica envolvendo principalmente o Judiciário paulista e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o benefício pago a juízes como forma de equiparar seus ganhos aos de deputados e senadores também é pago no Paraná. A Justiça do estado gasta R\$ 44,8 milhões por ano com o pagamento da chamada Parcela Autônoma de Equivalência (PAE).

O pagamento do adicional aos juízes federais de todo o país foi autorizado em 2000 pelo então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Nelson Jobim, após pressão de magistrados que ameaçavam entrar em greve. Na prática, o STF concedeu aos juízes uma parcela correspondente ao auxílio-moradia recebido pelos congressistas.

Em 2008, o Conselho da Justiça Federal atendeu a pedidos de associações nacionais de magistrados e concedeu aos juízes federais

pagamento retroativo destas parcelas equivalentes ao período entre 1994 e 1997. No mesmo ano, os juízes estaduais reivindicaram o valor retroativo em razão do "escalamento vertical dos subsídios" e também o conseguiram. Houve efeito cascata e o auxílio se estendeu também ao Ministério Público (veja ao lado).

Segundo reportagem de ontem do jornal *Folha de S.Paulo*, esses benefícios estão onerando as contas da Justiça estadual com pagamentos bilionários a juízes, o que chamou a atenção do CNJ — especialmente no caso do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), que tem uma dívida de R\$ 3 bilhões com seus magistrados. Em alguns estados, o governo tem socorrido as contas da Justiça.

No Judiciário paulista, a polêmica envolve pagamentos como o que o ex-presidente da corte Roberto Bellocchi aprovou para si em 2009: uma parcela única no valor de R\$ 1,5 milhão pelos benefícios atrasados. Bellocchi, hoje aposentado, afirma que o dinheiro era um crédito a que tinha direito para "quitar dívidas". Outros 28 magistrados paulistas têm pagamentos investigados pelo CNJ, que não questiona a legalidade do benefício, mas sim supostos privilégios na concessão.

CONTINUA

Caso paranaense

O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), Miguel Kfourri Neto, afirma que no Paraná a situação é diferente e que o pagamento não vem onerando a ponto de comprometer as finanças. No estado, 747 juízes ativos e inativos (e seus pensionistas, no caso dos falecidos) recebem, desde 2008, a PAE em parcelas mensais de R\$ 5 mil. Isso representa um gasto de R\$ 3,78 milhões por mês; R\$ 44,8 milhões anuais.

"Todos recebem o mesmo valor, sem possibilidade de aumento ou diferenciação de pagamento para quem quer que seja", garante Kfourri. Ele admite, no entanto, que o pagamento é feito "a perder de vista, sem previsão de quitação".

Os valores para esses pagamentos no Paraná estão previstos no orçamento anual do Judiciário. Em 2012, o orçamento da Justiça estadual é de R\$ 1,3 bilhão. Desse montante, 92% é para pagamento de pessoal.

Contestação

Em outros estados, há casos em que nem foi calculado o tamanho das dívidas com os juízes, nas quais incidem também juros e correção monetária. No Rio Grande do Sul, o governador Tarso Genro (PT) recorreu ao Tribunal de Contas para evitar a despesa extra. Estados do Norte e do Nordeste também têm contestado o pagamento do benefício.

GAZETA DO POVO

ENTENDA O CASO

CONTINUAÇÃO **17 JAN 2012**

Veja como os juízes passaram a ganhar um benefício que, na prática, representa o mesmo que o auxílio-moradia dos parlamentares federais:

1992 – Supremo Tribunal Federal (STF) equipara os vencimentos do Judiciário e do Legislativo, na esfera federal, instituindo a Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) para os magistrados.

1994 – Associações de juízes entram no STF pedindo que, no cálculo da PAE, conste o valor correspondente ao auxílio-moradia dos congressistas.

1999 – O STF concede a inclusão do auxílio-moradia no benefício.

2000 – Associações de magistrados pedem ao próprio STF as parcelas atrasadas desde junho de 1992. O

Supremo nega. Em seguida, as associações recorrem ao Conselho da Justiça Federal.

2008 – O Conselho Federal concede aos juízes federais as parcelas atrasadas, mas não a partir de 1992. Fixa o período a que os juízes têm direito entre 1994 e 1997. Alegando isonomia, a magistratura estadual e representantes do MP também reivindicam o retroativo e obtêm o benefício. Desde então, o Judiciário de todo o país e os MPs recebem o benefício.

2012 – Revela-se que o pagamento do benefício está causando problemas de orçamento na Justiça.

MP também ganha a verba adicional

No Ministério Público do Paraná (MP), também há o pagamento da equiparação de vencimentos com os dos congressistas. No total, 490 promotores e procuradores ativos e 205 aposentados recebem o benefício com recursos do orçamento do próprio MP. As parcelas mensais começaram a ser pagas a partir de dezembro de 2009. A previsão é de que a dívida seja quitada nos próximos três anos. Segundo a assessoria do MP, o valor da parcela varia entre R\$ 1,9 mil e R\$ 6,2 mil mensais. Cada parcela corresponderia a um percentual do valor total a que cada membro do órgão tem direito, já descontados o Imposto de Renda e a contribuição previdenciária.



Sede do TJ-PR: 747 juízes ativos, inativos e pensionistas se beneficiam.

17 JAN 2012
GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

A culpa é da imprensa

A culpa é sempre da imprensa. Este é o argumento usado quando homens públicos se veem envolvidos numa disputa polêmica. Principalmente quando a opinião pública não se mostra muito favorável aos métodos e decisões usadas por esses homens públicos. Veja o caso do presidente do TJ de São Paulo, Ivan Sartori. Os magistrados paulistas deram o pontapé inicial no confronto com a corregedora do CNJ, Eliana Calmon, acusando a ministra de perseguição e de fazer investigações clandestinas de juizes e servidores. A briga chegou ao STF, que acabou barrando parte da investigação do CNJ. Ontem, Sartori atribuiu à imprensa parte da culpa pelos desentendimentos entre o Judiciário e a corregedoria do CNJ.



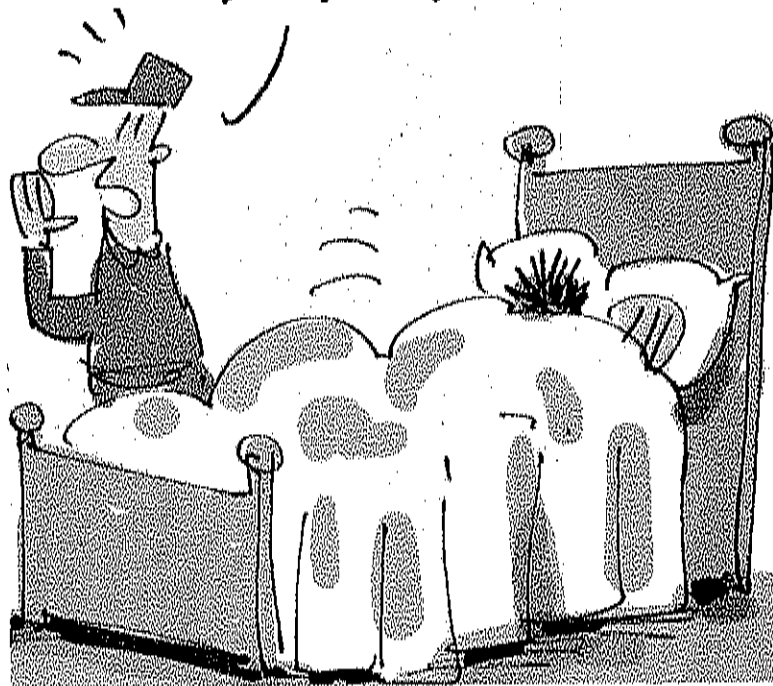
Eliana Calmon e Ivan Sartori: presidente do TJ foi ao CNJ convidar corregedora para a posse dele em fevereiro.

17 JAN 2012
GAZETA DO POVO

TIAGO RECCHIA

EI! AVISA À
PRODUÇÃO
QUE O
JUDICIÁRIO
ESTÁ FAZENDO
MOVIMENTAÇÕES
ATÍPICAS
DEBAIXO DO
EDREDOM!

TIAGO
RECCHIA



17 JAN 2012

GAZETA DO POVO

FABRÍCIO PESSATO FERREIRA

Moralização política

É hora de a população cobrar a extinção de cargos comissionados e a valorização dos funcionários públicos concursados, como primeiro passo para a efetiva moralização política

Os cargos comissionados dos três Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário, nos 5.567 municípios, nas 27 unidades federativas (estados e o Distrito Federal) e do Congresso Nacional custam aos cofres públicos R\$ 18,344 bilhões por ano. A estimativa não inclui os cargos comissionados dos atuais 38 ministérios, nem os salários dos secretários das pastas estaduais e municipais, tampouco os de autarquias e empresas estatais, o que leva a concluir que as cifras são ainda maiores.

Para os municípios, o cálculo desses gastos no poder Legislativo leva em conta o número de vereadores, de acordo com a Emenda Constitucional n.º 58 (23/9/2009) e a respectiva verba de gabinete utilizada para a contratação de assessores dos parlamentares, estimada em R\$ 30 mil por mês por vereador para cidades com mais de 200 mil habitantes e R\$ 15 mil por mês por vereador para os municípios menores. No Poder Executivo das cidades, foi feita a estimativa conservadora de apenas oito secretarias e, para cada uma delas, apenas três assessores por secretário municipal. Na conta, estão excluídos os salários dos próprios secretários municipais. Quanto aos cargos comissionados para o Poder Judiciário, a projeção foi entre 2 e 15 funcionários, de acordo com o tamanho do município. O total foi de R\$ 11,67 bilhões, sendo R\$ 7,019 para o Legislativo, R\$ 3,852 bilhões para o Executivo, e R\$ 798,2 milhões para o Judiciário.

No que diz respeito aos estados e ao Distrito Federal, foram considerados somente os cargos comissionados dos poderes Legislativo e Executivo. Para o Poder Legislativo, foram levantados os números de deputados estaduais e distritais e a verba de gabinete para cada parlamentar, no teto de R\$ 45 mil por mês — anualizado, inclusive com 13.º e adicional de férias. Já os cálculos do Poder Executivo estimam de forma conservadora apenas dez secretarias estaduais/distritais e apenas três assessores para cada secretário. O resultado foi gastos de R\$ 633,8 milhões para o Legislativo e R\$ 17,9 milhões para o Executivo.

No nível da União, o levantamento considera apenas os gastos com o Congresso Nacional, estimados em R\$ 6,023 bilhões por ano. Valor próximo aos R\$ 6,068 bilhões calculados pela ONG Transparência Brasil.

Mais do que as cifras, os valores mostram o custo de uma democracia representativa que não está dando certo. Estados e municípios reproduzem o modelo de governo de coalizão da esfera federal, centralizado não em projetos de governo que visem ao interesse público,

mas, sim, na mera distribuição de cargos e salários e o loteamento do poder político. Dessa forma, os parlamentares — Congresso Nacional, Assembleias Estaduais e Distrital e Câmaras de Vereadores — aprovam os projetos de interesse do Poder Executivo, não por convicção política, mas em função da pura e simples barganha econômica. O que afeta a todos os partidos políticos em todos os entes da Federação, indistintamente, desde que se iniciou a Nova República.

Retrata-se, enfim, por que o Brasil é e sempre foi o país do desperdício. Principalmente do desperdício dos recursos públicos, dinheiro do contribuinte advindo de tributos pesadamente pagos à União, estados, Distrito Federal e municípios. É hora de a população cobrar a extinção desses cargos comissionados e a valorização dos funcionários públicos concursados, como primeiro passo para a efetiva moralização política e, em especial, a profissionalização e a qualificação da gestão pública.

Fabício Pessato Ferreira, mestre em Economia, é coordenador dos cursos de Gestão Financeira e Ciências Contábeis da Veris IBTA Metrocamp, faculdade do Grupo Ibmec Educacional.

GAZETA DO POVO

ESCÂNDALO DOS COMBUSTÍVEIS

Inmetro pode adotar inspeção-surpresa

17 JAN 2012

■ A fraude eletrônica em bombas de combustível com controle remoto pode mudar a forma como hoje é feita a fiscalização em postos. O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) planeja fazer inspeções-surpresa para tentar estar um passo à frente dos fraudadores. Fiscalizar sem os proprietários dos postos sabermos que estão sendo monitorados é um caminho natural, segundo o técnico em Metrologia e Qualidade do Inmetro, Luiz Fernando Rust.

Fiscalização

De acordo com ele, os mecanismos de segurança e fiscalização atuais não têm sido suficientes. "Precisamos sim fazer fiscalização não declarada, fazer o que fez a reportagem", exemplifica. O Fantástico mostrou que a fiscalização aberta fazia com que os fraudadores desativassem o esquema apertando o botão do controle remoto quando os agentes apareciam nos postos.

Rust lembra que não existe qualquer lei que proíba os fiscais de realizarem ações-surpresa. No entanto, essa forma de atuação não faz parte do sistema estabelecido pelo Inmetro. "Não é um procedimento da metrologia legal", lembra. O técnico ressalta que há alguns anos as fraudes deixavam rastros e, por isso, não era preciso fiscalizar sem aviso prévio.

A necessidade de estabelecer uma proteção mais eficaz é outra consequência gerada pelo avanço das fraudes. Segundo Rust, o lacre eletrônico deverá ser uma sintetização de todos os procedimentos de segurança da informação. Ele contesta a informação de que o sinal do controle remoto usado

"Não é um procedimento da metrologia legal, mas precisamos sim fazer fiscalização não declarada. Fazer o que fez a reportagem [do Fantástico]."

Luiz Fernando Rust, técnico em Metrologia e Qualidade do Inmetro.

na fraude dos combustíveis pode ser localizado sem ser acionado por um detector de radiofrequência, conforme mostrou a Gazeta do Povo no último domingo.

De acordo com ele, o sinal seria detectado somente quando fosse acionado e, mesmo assim, poderia ser confundido com qualquer outro pulso de controle, como os de tevês e portões automáticos. Segundo ele, o detector até ajudaria, mas não seria garantia de sucesso na fiscalização. Segundo ele, a fraude também pode ser feita sem o uso do controle, sendo acionada apenas por junções de fios nas placas.

Interrogatório

O primeiro dono de posto interrogado pela Delegacia do Consumidor (Delcon) de Curitiba negou ontem qualquer participação no esquema. De acordo com o delegado titular da Delcon, Jairo Estorílio, Ângelo Albuquerque Gobbo, proprietário dos postos Arrancadão e Jockey, disse que pagava a Cléber Salazar, dono da Power Bombas, cerca de R\$ 400 por mês pela manutenção nas bombas. Gobbo, segundo a polícia, não conseguiu explicar o motivo dos lacres das bombas de seus postos estarem rompidos.

GAZETA DO POVO

FALHA NO SISTEMA

Jovem do Paraná ganha na Justiça inscrição no Sisu

Por uma falha no site do Ministério da Educação, o estudante de Paranavaí Daniel Zonzini Lattanzio, 19 anos, não conseguiu concorrer a uma vaga no Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Interessado em uma vaga de Engenharia Civil, Lattanzio conseguiu uma liminar do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) no último dia de inscrições do Sisu, 12 de janeiro. O STJ determinou que a inscrição fosse feita, mas o caso ainda não foi resolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), responsável pelo processo seletivo. A assessoria do Inep afirmou que o caso está sendo averiguado. "Se eles não fizerem nada teremos de entrar com uma ação de indenização por danos morais e materiais. Daniel teve a média de 670 no Enem, pontuação com a qual pode conquistar a vaga que pretende", afirma a advogada Célia Aparecida Zanatta.

17 JAN 2012

Unha em alimento dá indenização a cliente

A Brasil Foods (BRF) foi condenada a pagar uma indenização de R\$ 5 mil corrigidos pelo IGP-M, acrescidos de juros de 1% ao mês, para uma consumidora da Região Sul que encontrou uma unha humana em um produto Hot Pocket, da Sadia. No processo, a autora afirma que já havia consumido metade do produto quando encontrou a unha. Ela diz ter recusado uma oferta da companhia para receber uma compensação em produtos. Um funcionário da empresa foi até a casa da consumidora e recolheu o alimento, que foi mantido congelado. A decisão indicou violação de legislação sanitária e responsabilidade civil ao produtor do alimento. Em nota, a BRF afirmou que vai recorrer.

Suspeita de abuso sexual elimina

“BBB” 17 JAN 2012

Decisão foi tomada pela direção do programa no início da noite de ontem, depois que a Polícia Civil esteve no Projac para investigar possível estupro cometido pelo participante

● O modelo Daniel Echaniz, de 31 anos, foi eliminado ontem da 12.ª edição do programa “Big Brother Brasil”. A decisão foi tomada pela direção do programa no início da noite de segunda-feira, depois que a Polícia Civil esteve no Projac para investigar o possível abuso sexual cometido pelo participante na madrugada de domingo, dia 15.

Policiais da 32.ª DP (Taquara, zona oeste do Rio) foram aos estúdios da Rede Globo na tarde de ontem para ouvir os dois participantes do programa envolvidos no incidente — Daniel e a estudante Monique Amin, 23. Após uma festa no último domingo, eles passaram parte da madrugada deitados juntos numa cama, cobertos.

Assinantes do pay-per-view do “BBB” e usuários da web que viram o vídeo replicado na internet acusaram Echaniz de se aproveitar da embriaguez de Amin para abusar sexualmente dela, e pediram sua expulsão do programa, com a hashtag #danielexpulso. O assunto entrou para a lista de trending topics no Twitter, a lista dos temas mais tuitados pelos internautas.

A grande repercussão do caso motivou a polícia a apurar o que aconteceu — o incidente foi

registrado inicialmente como “fato atípico”, em que não se sabe se houve ou não um crime. Até o fechamento desta edição, o resultado dos interrogatórios não havia sido divulgado pela polícia.

Emissora

Procurada, a Rede Globo afirmou que “ninguém tem todas as informações do que aconteceu” e que estava “aguardando a apuração dos fatos”. No domingo, a emissora afirmara que Monique Amin havia sido ouvida pela produção do programa e dissera que todas as carícias haviam sido consensuais.

O incidente levou a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) a solicitar ao Ministério Público do Rio de Janeiro que tomasse as “providências cabíveis”. Ouvido, o MP informou que só poderia agir se a própria participante fizesse uma denúncia formal.

Em nota divulgada ontem, o empresário de Amin, Cristiano Rosa, crítica o comentário postado no Twitter por Sergio Mattos, da agência de modelos 40 Graus, que tem Daniel sob contrato. No Twitter, Mattos pergunta: “E ela geme dormindo?”

“Somente num país onde a cultura machista ainda impera, podemos observar comentários inadequados como este”, afirma Rosa, na nota.

Daniel foi um dos quatro participantes que entraram por último na casa. Ele estava na plateia e foi chamado após a apresentação dos outros 12 participantes do “BBB”, que chegaram ao Projac em carreta, na tarde do dia 10.

CARTA CAPITAL

O império 14 JAN 2012

da indigência

TELEVISÃO | BBB confirma o papel de usina de trapaças a serviço da mediocridade

POR NIRLANDO BEIRÃO

“**B**OTA A BUNDA pra dentro!” – comanda o poeta e intelectual Pedro Bial, MC do BBB, à baianinha chorona Jakeline, que diz ter saudades do galo Fabiano e da galinha Nicole, “mãe de Paulette”, que ela deixou em casa, com o coração partido, em busca de seus 79 dias de fama e, quem sabe, do prêmio de 1,5 milhão de reais. “A bunda deve estar dentro do carro”, reitera Bial, biógrafo do patrão Roberto Marinho e porta-voz daquela UDN do Baixo Leblon no manjado circuito Jobi-Bracarense.

Bial ancora há dez anos o Big Brother Brasil, que chega agora à sua edição número 12. Tem demonstrado considerável denodo em dilapidar sua própria biografia. Mas já que há limites até mesmo para o mais blindado cinismo, Bial tenta justificar-se na condição de herdeiro do Chacrinha, “o Velho Guerreiro”, e, em sua piscadela ao público cult, trata de citar colaguinhas de rimas, de Casimiro de Abreu a Arnaldo Antunes. É como se ele quisesse dizer: não me confundam com a vulgaridade que eu promovo.

Val ser difícil. Nesse exato momento, dia de estreia do BBB 12, Bial orchestra, com sarcasmo cruel, a primeira “prova de resistência” da competição. Trata-se do desafio de amontoar os 16 concorrentes dentro de um veículo reiteradamente identificado como sendo da marca Fiat. O último a sair ganha o carro e a “imunidade”; não pode ser despachado do programa já na primeira votação. Dá para pensar se não foi a concorrência que pautou a tarefa. Trata-se, com certeza, do jeito mais estúpido de promover um automóvel: pelo desconforto que ele pode propiciar.

“Isso, não”, esbafou-se o colorido mineirinho João Carvalho. O *brother* mais sensível e mais veterano não resistiu a cinco minutos de metaconfinamento, ou seja, de prisão dentro da prisão. Bial adverte: é só o começo. Pois é, é só o recomeço.

Aquinhoado por verbas publicitárias milionárias e pela ansiedade do espectador em pagar para ter seu fugaz momento de imperador romano, decretando por telefone ou mensagem de texto a morte ou a sal-

vação dos gladiadores, o BBB chega mais uma vez para reiterar seu papel de usina de trapaças, traições e velhacarias a serviço da indigência de um espetáculo solúvel, lixo reciclado e enlatado *made by Endemol*.

Festa infantilóide que, se a gente olhar em volta, não dá para comparar nem com os programas da Xuxa, nem mesmo com as atuais prévias do Partido Republicano, nos Estados Unidos. Quem assiste ao BBB 12 fica com escrúpulos de pertencer ao gênero humano – se é que alguém ali faz parte do gênero humano.

Analice, Ronaldo, Mayara, Renata, Jonas, Kelly, Yuri, Monique, Laisa... Acolhidos pela intimidade do primeiro nome, esperase de *brothers* e *sisters* a contrapartida de uma espontaneidade nua e crua, se descortinando à frente do apetite *voyeur* do ilustre espectador aquela esfregação langorosa entre pit bulls e saradonas, exercício descerebrado, mera flexão de músculos, de atropelos gramaticais e de banalidades explícitas.

Pelo histórico do BBB, costuma brilhar uma única estrela com luz própria, nesse blecaute da inteligência, apagão total de talento. Refiro-me ao edredom. O edredom é, ao longo da maratona de amassos, o único sinal de sutileza expressiva e de dramaticidade aguda – aguda e, literalmente, por baixo do pano. Sem o edredom, o *Big Brother Brasil* não é nada. O edredom encobre a cupidez dos personagens, mas, sobretudo, aguça a fantasia dos espectadores. Tão triste quanto a mediocridade dos *brothers* e *sisters* é a vocação que a plateia, ela sim, tem para a mediocridade.

Já houve tempo em que o *reality show* da Globo simulava amostra mais ampla, em suposto respeito à nossa biodiversidade, mas se percebe hoje que a seleção da colorida fauna se norteia não mais pelos critérios etnográficos e geográficos ou pelos estereótipos da sociedade. A produção diz que levou oito meses para eleger os candidatos. Bastava ir até meia dúzia de academias de musculação. O BBB é o lugar onde a geometria encontra a anatomia. Dos homens esperase apenas volume no peitoral. Mulheres só têm serventia se desenvolverem elefantíase em determinada parte do corpo que se diz aqui no Brasil ser a preferência nacional.

CONTINUA

14 JAN 2012

CARTA CAPITAL

CONTINUAÇÃO

Enquanto o carnaval não vem, será aquele desfile cotidiano, 24 horas ao dia, de muita prótese de silicone, excesso de tatuagens, exagero de protuberâncias, intenso ensaboar masturbatório sob chuveiros indiscretos – e, se alguém notar, em meio àquela torrente de energia libidinal, que neurônios estão sendo acionados, poucos que sejam, é bom avisar o Boninho, o diretor, do programa, porque inteligência e raciocínio não fazem bem ao script.

Do Bam-Bam, o básico, o primeiro campeão, à Grazi, rara celebridade que dura; do truculento Alemão à suave Maria, a última contemplada – o BBB já em seu elenco de duvidosos heróis. Vez por outra, a coisa parece escapar ao código robótico do Grande Irmão. Lembre-se do Jean, estrela incommon do BBB 5. O sestroso baiano quebrou o pacto. Naquela dinâmica de cartas marcadas, cabia a ele o papel da bichinha vulgar e alcoviteira, mas eis que, com lampejos de astúcia e repentinos de sinceridade, ganhou o respeito de humanista e livre-pensador e passou os dias de clausura lecionando não para seus pares, mas para toda a nação inculta e bela. Jean é hoje o combativo deputado federal Jean Wyllys, do PSOL do Rio.

A cada edição, e essa aí não nos deixa mentir, o BBB muda para não mudar. São certos cosméticos apresentados com estardalhaço, como se fossem enormes surpresas. “A casa”, essa entidade quase mística, foi redecorada em extravagância multicromática, que leva a gente a crer que todo aquele kitsch resulta de uma inesperada parceria entre Jeff Koons e o carnavalesco da Grande Rio.

No fundo, *reality shows* ao estilo BBB, e a ninhada que já fez proliferar, continuam sendo o que são, em sua secreta propensão para a malvadeza e seu apelo irrestrito ao masoquismo. É justificada a suspeita de que tais programas tenham sido inventados no hospício de Charenton pelo notório Marquês de Sade, o que torna ainda mais intrigante o fato de que os pobres enclausurados demonstrem, ante o olhar de milhões de sádicos virtuais, tão sorridente orgulho com a humilhação a que são submetidos. Não há edredom libidinoso ou promessa de fama que pague o preço, ou há?

Anos atrás, este escriba lamentou ver Pedro Bial fazendo as honras da casa no BBB, “desperdício tão flagrante como seria ter Sarah Bernhardt na bilheteria do Théâtre de la Renaissance, em Paris”. Bial, “cultor de Guimarães Rosa, no meio de tantos que jamais abriram um livro”, tinha agora de se resignar “a não mencionar nem Elliot e muito menos Keats, seus poetas de cabeceira, pois haveriam de ser confundidos com gatos de estimação de alguma grã-sina de folhetim”.

O constrangimento muito bem remunerado de Bial, dez edições depois, é do tipo que se confunde com a filosofia do próprio BBB. A gente fica sem saber o que é realidade e o que é fingimento. Citando Roland Barthes, de quem Bial certamente já ouviu falar em suas horas de folga, a virtude desse tipo de espetáculo é abolir causa e efeito: “O que interessa é o que se vê, e não o que se crê”. O show modela a sua própria realidade. ●

No *reality*, mulheres só têm serventia se desenvolverem elefantíase em determinada parte do corpo

Espectáculo sádico. Bial roge a cacofonia dos descerebrados, felizes apesar das humilhações, como tentar ocupar um só carro

17 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Benesses do Judiciário. Montante, quase metade do orçamento deste ano, refere-se a créditos atrasados, segundo desembargador Ivan Sartori, que preside a corte; ele diz que vai pedir ao governador Alckmin que cubra débitos dos que estão em 'situação de penúria'

Maior tribunal do País, TJ-SP deve R\$ 3 bi a magistrados e servidores

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Ivan Sartori, informou ontem em Brasília que atinge quase metade do orçamento da corte para 2012 o montante pleiteado por seus pares e milhares de servidores a título de créditos atrasados. "São R\$ 3 bilhões a nosso ver. Já para associações de servidores são R\$ 7 bilhões. (O valor) é relativo a férias (não aproveitadas), fator de atualização monetária, equivalência, licença-prêmio. Tudo isso, coisa de vida que ficou lá." O orçamento do maior tribunal do País para 2012 é de R\$ 6,8 bilhões.

O TJ é alvo de investigação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que mira os contracheques excepcionais em benefício de alguns magistrados - dois desembargadores receberam R\$ 1 milhão cada; outros cinco, R\$ 400 mil cada. Esses casos já estão sob análise do Conselho Superior da Magistratura e do Órgão Especial do TJ.

A inspeção do CNJ foi travada por liminares dos ministros Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), que acolheram mandados de segurança de entidades dos juízes.

"Cada dia fica maior (a dívida do TJ com funcionários e juízes)", diz Sartori. "Eram R\$ 600 milhões, passou para R\$ 1 bilhão,

foi para R\$ 2 bilhões, agora são R\$ 3 bilhões. Daqui a pouco não se paga ninguém mais." Sartori disse vai solicitar créditos junto ao Executivo para cobrir pelo menos uma fatia do débito.

"Vou tentar buscar lá com o governador (Geraldo Alckmin). Vai chegar uma hora em que vamos ter que conversar. Quero buscar pelo menos uma parte para os juízes e mais para os funcionários em situação de penúria. Tudo não sei se vou conseguir."

'Os prejudicados'. Sobre pagamentos antecipados a colegas, Sartori disse que esse modelo de desembolso "não prejudica o erário, nem a sociedade, porque é rubrica própria". "Os prejudicados são os desembargadores nos casos de quebra da igualdade por recebimento antecipado por alguns." Quanto aos índices aplicados para correção, Sartori declarou: "Se houve imprecisão na atualização vamos saber. Peguei parâmetros".

Uma dúvida recorrente sobre os cálculos é com relação ao prazo prescricional da verba concedida - a lei autoriza acúmulo não superior a cinco anos. "O Superior Tribunal de Justiça decidiu inúmeras vezes que licença-prêmio não prescreve até que o servidor se desligue. Enquanto não sai, não há prescrição."

"A dívida do tribunal com os juízes é uma situação de absoluta indignidade", disse o ex-presi-

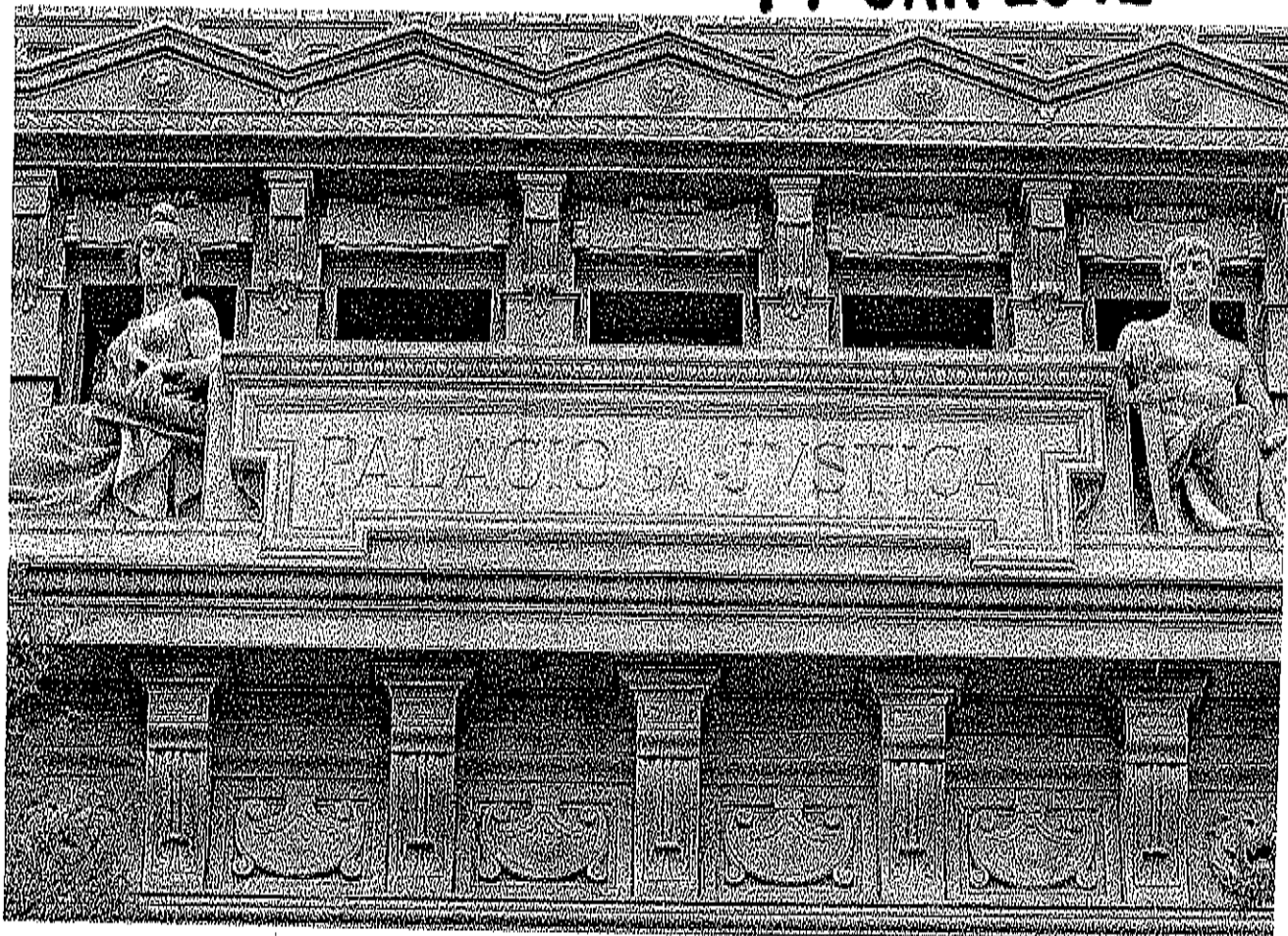
dente do TJ, desembargador Celso Limongi, que em 2010 recebeu R\$ 150 mil e, segundo seus cálculos, ainda tem direito a mais de R\$ 1 milhão. Aposentado, ele presidiu o TJ entre 2006 e 2007.

"Quando deixei o TJ a dívida já era de R\$ 2 bilhões. O governo vai repassar para o Judiciário gastar com pessoal? Evidente que não, vai fazer obras, estradas."

Limongi relata que democratizou o TJ - convocou eleições para 12 cadeiras do Órgão Especial, e criou o "sequestro humanitário", reserva de recursos para quitar dívidas. "Não violava o princípio da impessoalidade, o que valia era o princípio da dignidade humana. O juiz não é proibido de pensar e nem de agir com sensibilidade. O Órgão Especial do TJ apoiou o pedido de sequestro que eu cunhei de humanitário."

Segundo ele, os valores "não são adiantamento, são atrasados". "É direito, coisa trabalhada. Ninguém está tirando dinheiro do Tesouro. O devedor é o TJ por causa do Executivo. Cortam férias, não pagam diárias e tem a correção. Por isso a dívida já estava em R\$ 2 bilhões quando sai."

CONTINUA



Pente-fino. Tribunal de Justiça é alvo de investigação do CNJ, que mira operações atípicas e contracheques milionários

Coaf detalha hoje ao desembargador operações suspeitas

● O presidente do TJ-SP, Ivan Sartori, reúne-se hoje com representantes do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), na capital, para detalhar o relatório do órgão de combate à lavagem de dinheiro que indicou movimentações bancárias atípicas de magistrados e servidores. "Na verdade não existe aí nenhuma suspeita, porque as movimentações se deram em período longo", minimizou. De acordo com os dados, as maiores operações em dinheiro vivo foram feitas por pessoas ligadas aos tribunais de SP, Distrito Federal e Bahia.

Num gesto de aproximação, Sartori foi ontem ao gabinete da ministra Eliana Calmon, corregedora nacional de Justiça, para pessoalmente convidá-la para sua posse, marcada para o próximo dia 6. A inspeção no TJ de SP deu origem à crise entre Judiciário e o CNJ.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

'Eram R\$ 600 milhões, agora são R\$ 3 bilhões.

Ivan Sartori, presidente do TJ de São Paulo

'Daqui a pouco não se paga ninguém'



17 JAN 2012

Conselheiro quer checar se índices e cálculos estão corretos

O advogado Marcelo Nobre, que integra o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), quer apurar os índices e os períodos aplicados por Tribunais de Justiça para cálculo dos pagamentos a magistrados.

"O que precisa ser verificado é se os pagamentos desses créditos foram calculados de forma correta e se os períodos contemplados obedecem a lei", assinala.

Sua meta era apresentar uma proposição ao CNJ, mas com as liminares do Supremo Tribunal Federal, que barram a ação do conselho, qualquer iniciativa nesse sentido não terá eficácia.

O conselheiro destaca que é importante pesquisar se "não existe período prescrito pago" - desembolsos que alcançam acumulados acima de 5 anos. Ele faz uma ressalva. "Não são os juízes que fazem esses cálculos, não são eles que dizem o quanto devem receber." Nobre cumpre segundo mandato de conselheiro, indicado pela Câmara. Ele foi reconduzido com 97% dos votos - 398 de 403 deputados presentes à sessão o mantiveram no conselho.

"Existe um departamento próprio nos tribunais que emite certidões apontando quanto esse ou aquele desembargador tem direito a receber", observa.

Para ele, "o foco está errado". "Os desembargadores receberam valor alto? Eles têm direito? Houve interferência? Receber está correto, mas quais juros e correções incidiram sobre as planilhas? Os servidores que fazem os cálculos têm que explicar."

Nobre considera que "quem tem que explicar se houve equívocos na contabilidade são os servidores, não quem recebeu".

"Os juízes têm direito, por várias situações, a esses créditos. Eles protocolam requerimentos no setor próprio do tribunal. Queremos ver esclarecidos como o funcionário fez a conta", insiste o conselheiro.

Ele defende uma resolução do CNJ para disciplinar os pagamentos aos magistrados e respeitar o prazo de prescrição. Mas faz um alerta. "Se sou magistrado e não recebi um direito meu, porque o tribunal não tem condição financeira, não posso ser prejudicado. Não posso perder aquele direito se não foi por culpa minha. Não posso ser punido pelo fato de o tribunal não ter pago ou não ter feito o registro contábil desse crédito."

17 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

No Rio, TRT pede que conselho explique investigações

Vice-presidente do tribunal quer que CNJ dê esclarecimentos sobre as 16 movimentações financeiras atípicas

O Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região (TRT-RJ) está pedindo ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) esclarecimentos sobre a investigação em que foram detectadas 16 movimentações financeiras atípicas, que totalizaram R\$ 282,9 milhões em 2002, feitas por pessoa próxima a juiz ou servidor da corte. O vice-presidente do tribunal, desembargador Carlos Alberto Araujo Drummond, afirmou ontem que a instituição aguarda informações para tomar as providências que, dentro da lei, couberem. Ressaltou, porém, que o tribunal desconhece o assunto.

“Nem sequer sabemos do que se trata. Fica difícil falar sobre aquilo que não se conhece. Seria mera especulação. Não sabemos sequer como se chegou a esse valor, se é um somatório de movimentações, se é o mesmo valor movimentado várias vezes, se é verdade, se é um servidor nosso, se é um funcionário, se é terceirizado. Enfim, não temos a menor informação do que se trata. Mas estamos aqui prontos para as providências que se fizerem necessárias”, afirmou o magistrado.

Um levantamento do Coaf apresentado pelo CNJ ao Supremo Tribunal Federal apontou que, de 2000 a 2010, foram feitas, por 3.426 funcionários do Judiciário e magistrados ou pessoas que lhes são próximas, movimentação atípicas de R\$ 855 milhões.

A divulgação das informações se deu em meio ao confronto entre a corregedora nacional de Justiça, Eliana Calmon, defensora do poder de investigação irrestrito do CNJ, e associações de magistrados, que defendem que o órgão só pode agir depois que as

corregedorias dos tribunais fizeram suas investigações. No ano passado, a corregedora causou outra polêmica, ao dizer que existem “bandidos de toga”.

Segundo o desembargador, atualmente o TRT-RJ tem 4.500 funcionários e orçamento anual de R\$ 1 bilhão, dos quais R\$ 900 milhões são gastos com pagamento de pessoal e contratos. Ele afirmou que lhe “parece inviável” o desvio de R\$ 282,9 milhões dez anos atrás, já que hoje apenas R\$ 100 milhões “sobram” para outros gastos. Ele lembrou que em 2002 houve um incêndio que destruiu parte da sede, cuja reforma custou R\$ 50 milhões. Na época, houve suspeitas de que o fogo fora iniciado criminosamente.

“Nenhum de nós, neste tribunal, percebeu qualquer servidor ou magistrado com sinais de riqueza, esses anos todos”, declarou. Ele lembrou que magistrados, quando processados internamente, respondem ao pleno do tribunal, e servidores, à administração. Há dois anos, contou, um contador da 24.ª Vara foi demitido por desviar R\$ 850 mil. O juiz da vara responde a processos disciplinar e criminal. Há outras investigações em curso.

A presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 1.ª Região, Áurea Sampaio, manifestou publicamente ontem apoio à investigação sobre as movimentações atípicas no Judiciário. Ela afirmou que “é preciso que não pairam dúvidas sobre a atuação dos juízes do TRT-RJ”. “O que a gente quer é que se apurem os fatos”, disse.



No escuro. Drummond, do TRT: 'Não sabemos do que se trata'

O ESTADO DE S. PAULO

ALMIR PAZZIANOTTO PINTO

O Conselho 17 JAN 2012 Nacional de Justiça

A crise desencadeada pela troca de acusações entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deixa perplexo o cidadão comum, que se esforça para entender o que acontece entre respeitáveis integrantes do Poder Judiciário.

O Supremo Tribunal Federal surgiu com a Constituição de 1891; o Conselho Nacional de Justiça é jovem, instituído em 2004, pela Emenda n.º 45 à Constituição de 1988. Para entendê-lo faz-se mister lembrar as suas origens e consultar, com ânimo de bem entender, o prescrito nos artigos 92 e 103 da Lei das Leis, os quais determinam, respectivamente, a composição do Judiciário e a organização e competências do CNJ.

O conselho não é fruto do acaso. Resultou de anseio popular – como no caso da Lei da Ficha Limpa – após escândalos que abalavam os alicerces do Poder Judiciário. Casos comprovados de corrupção, cujo ápice foi atingido com o criminoso desvio de dinheiro na construção do Fórum Trabalhista de São Paulo, aliados à proverbial morosidade, mobilizaram a opinião pública e obrigaram o Congresso Nacional a se movimentar, com a retomada da ideia de sistema de controle externo desse Poder, diante da insuficiência dos instrumentos internos de fiscalização.

A leitura dos dispositivos mencionados (obrigatória para tomada de posição) revela que o Supremo e o CNJ se encontram em plano de igualdade gráfica, diferenciando-se, todavia, em matéria de competência. Observa-se que, segundo o artigo 92 da Carta Magna, são órgãos do Poder Judiciário: I – o Supremo Tribunal Federal e, I-A, o Con-

seho Nacional de Justiça; seguem-se os demais tribunais e ao inciso II corresponde, em posição hierárquica inferior, o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Ao Congresso Nacional teria sido possível reformular a grade anterior e manter o STF como primeiro órgão do Poder, atribuindo ao CNJ o segundo, como inciso II, deslocando o STJ para inciso III. Se assim não fez, foi porque procurou deixar claro que o STF e o CNJ se encontram, em planos paralelos dentro do Judiciário, não obstante dotados de competências distintas.

Ao STF compete, “precipua-mente”, a guarda da Constituição e ao CNJ (artigo 102), despojado de competência jurisdiccional, exercer “o controle da atuação administrativa e financeira” não de parte, mas de todo o Judiciário, conforme reza o artigo 103-A, § 4º.

Note-se, a reforçar a paridade de posições, que a Seção II do Capítulo III do Título IV da Lei Superior trata, concomitantemente, do STF (artigos 101 a 103-A) e do CNJ (artigo 103-B). A partir apenas da Seção III, correspondente ao Superior Tribunal de Justiça, é que alinhava os demais órgãos, a começar pelo STJ, até se encerrar, na Seção VIII, com os tribunais e juízes dos Estados.

Jamais se disse que o CNJ exerce jurisdição sobre tribunais ou pessoas. A tarefa é estranha a ele. Com eclética composição, tem como membros o presidente do STF (que o preside), ministros dos tribunais superiores, u, desembargador de Tribunal de Justiça, um juiz estadual, dois juízes federais, um juiz de Tribunal Regional do Trabalho e um juiz do Trabalho; dele também participam membros do Ministério Público, dois advogados e dois cidadãos, um indicado pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado, totalizando 15 membros.

Trata-se, sob a denominação de conselho, de órgão de fiscalização externa, incumbido de zelar pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura e pela obediência aos princípios a que se acham sujeitos, sem exceção, os integrantes da “administração pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, relativos à legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”, de acordo com a letra clara do artigo 37 da Constituição, expressamente referido no inciso II do § 4º do artigo 103-B.

Andou bem a Emenda n.º 45 quando conferiu ao CNJ competências de tal alcance, que delas não se encontra livre órgão algum do Poder Judiciário? As opiniões, a esta altura, de pouco valem, pois o que está feito está feito, e será injurídico imprimir aos artigos 92, 102 e 103-B, § 4º, interpretações em desacordo com a linguagem expressa da Constituição. Retroceder em contrária invencível resistência: no Legislativo e no povo.

Sob o “controle da atuação administrativa e financeira” se encontra todo o Judiciário, desde o mais conspícuo ministro até modestos juízes de remotas comarcas. Excluídos são somente os Tribunais de Contas, porque não são judiciários, mas extensões de Poderes Legislativos.

Além dos 15 membros efetivos, o CNJ concentra numeroso quadro de assessores e servidores. Para mantê-lo o erário suporta gastos elevados, com vencimentos, diárias, passagens, instalações, equipamentos, material de consumo. Reduzi-lo, apesar da Constituição, à condição de mero figurante, dependente de corregedorias locais, conflita com a origem, a razão de ser e, sobretudo, a clareza dos textos.

CONTINUA

17 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

**Cabe-nos defender-lhe
o direito de exercer,
na plenitude, as suas
delicadas competências**

No âmbito do regime democrático, ninguém que desempenhe cargo ou função pública é titular de poderes e direitos absolutos e é imune à fiscalização. O presidente da República presta contas dos atos que pratica e deve governar atento à Constituição da República, se pretende evitar os riscos de impeachment. O mesmo sucede com integrantes da Câmara dos Deputados e do Senado, que correm o risco de ser cassados. Sujetar-se à correção não é vergonhoso. Vergonha haverá se condenado por conduta criminosa.

O Conselho Nacional de Justiça veio para preencher injustificável vazio, responsável por fatos que puseram em xeque a majestade do Poder Judiciário. Cabe-nos defender-lhe o direito de exercer, na plenitude, as delicadas competências de que o fez titular a Emenda n.º 45.

*

ADVOGADO, FOI MINISTRO DO
TRABALHO E PRESIDENTE DO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

O ESTADO DE S. PAULO

FÓRUM DOS LEITORES 17 JAN 2012

CRISE DO JUDICIÁRIO CNJ

Muito interessante a análise de Maria Tereza Sadek sobre a trajetória da magistratura brasileira a partir da Constituição de 1988 (14/1, A2). A dessacralização do Judiciário, por ela referida, de fato abre caminho para um salutar aperfeiçoamento de práticas democráticas e republicanas, com especial atenção para as exigências institucionais de transparência e prestação de contas à sociedade. Nesse processo, felizmente irreversível, o alcance da competência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deve ser compatibilizado com a autonomia constitucional dos tribunais, de modo que a atuação daquele, em matéria correcional, só tenha lugar em caso de comprovada inoperância das instâncias de controle locais. Longe de ser um retrocesso ou esvaziamento do CNJ, tal arranjo representaria um notável salto de maturidade republicana e federativa, a sobrepor-se ao perigoso salvacionismo que tem pautado o noticiário a respeito do tema.

GUILHERME SILVEIRA TEIXEIRA,
Juiz de Direito
g1teixeira@yahoo.com.br
São Paulo

"Na suspeição de venda de sentenças, somente o CNJ pode identificar o sujeito oculto da ação"

A. FERNANDES / SÃO PAULO,
SOBRE CORRUPÇÃO NA JUSTIÇA
standyball@hotmail.com

O silêncio do STF

Os desdobramentos das investigações sobre movimentações atípicas de magistrados do Tribunal de Justiça de São Paulo demonstraram cabalmente que a corregedora do CNJ, Eliana Calmon, estava coberta de razão quando disse que há bandidos escondidos atrás de togas. O relatório do Coaf mostra que 3.426 servidores do Judiciário e magistrados movimentaram, de forma suspeita, em torno de R\$ 855,7 milhões entre 2000 e 2010. Ela foi quase publicamente crucificada pelo presidente do STF, Cezar Peluso, que, aliás, guarda estranho silêncio sobre o que escondem as togas pretas de nossa Justiça.

JOÃO HENRIQUE RIEDER
rieder@uol.com.br
São Paulo

A farra continua

R\$ 855 milhões! Haja contribuintes para pagarem essa conta...
VIRGÍLIO MELHADO PASSONI
mmpassoni@gmail.com
Jandala do Sul (PR)

Ótima ideia

A substituição do STF pela ministra Eliana Calmon, ventilada pelo ministro sarcástico (12/1), seria o que de melhor poderia acontecer na Justiça brasileira.

JOSÉ LUIZ TEDESCO
wpalha@terra.com.br
Presidente Epitácio

Magistrados x cartolas

Presumindo que os nossos altos magistrados sejam pessoas de ilibada reputação moral, elevados conhecimentos jurídicos e, principalmente, razoável educação, surpreendem-nos em "bate-bocas" e desavenças com seus pares, igualando-se aos nossos cartolas, dirigentes de clubes e entidades esportivas, em especial do futebol, que em grande parte, supõe-se, não são de tão ilibada reputação nem de tantos conhecimentos.

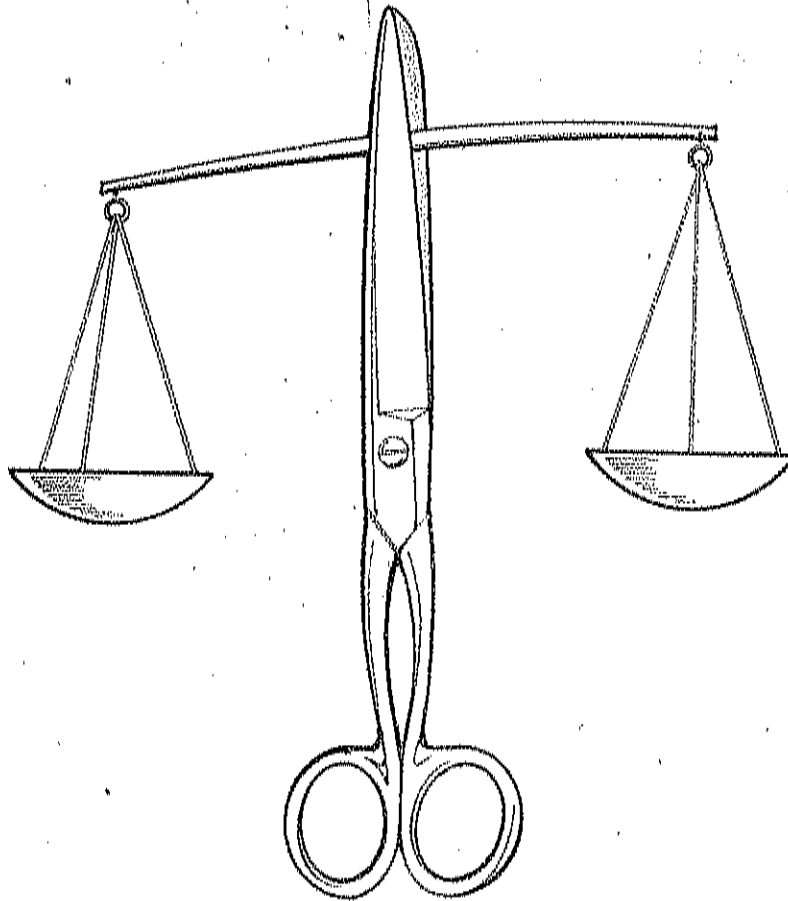
JOSÉ CARLOS DE SYLOS
sylosjunior@hotmail.com
São Vicente

O ESTADO DE S. PAULO

SINAIS PARTICULARES

17 JAN 2012

GOVERNANTE: ROYAL L. SODRÉ



Novecentos días de censura prévia

O ESTADO DE S. PAULO

Julgamento de Ceci

Cunha comove sociedade alagoana

17 JAN 2012

Irmã da deputada e sobrevivente da chacina reconheceu o réu Jadielson Barbosa

como um dos assassinos

A sociedade alagoana parou para acompanhar o histórico julgamento do assassinato da deputada federal Ceci Cunha e de seus familiares, iniciado ontem, na capital do Estado, 13 anos após o crime conhecido como Chacina da Gruta. Além da deputada, foram assassinados o marido dela, Juvenal Cunha, a sogra, Ítala Neyde Maranhão Pureza, e o cunhado, Iran Carlos Maranhão.

No fim de semana, familiares e amigos de Ceci Cunha distribuíram folhetos nas praças da cidade, informando sobre a realização do julgamento, que teve início ontem no Auditório Ministro Pedro Acioli, na sede do Tribunal Federal em Maceió.

Segundo o Ministério Público Federal (MPF), o ex-deputado federal Talvane Albuquerque Neto foi o mandante da chacina, que teria sido executada por quatro de seus assessores e seguranças, Alcício César Alves Vasco, Jadielson Barbosa da Silva, José Alexandre dos Santos e Mendonça Medeiros da Silva.

De acordo com os promotores, liderados por Gino Sêrvio Malta Lobo, Talvane Albuquerque teria mandado matar Ceci Cunha, em 16 de dezembro de 1998, para herdar o mandato dela na Câmara. O crime foi cometido na varanda da casa de Ítala, onde as vítimas comemoravam a diplomação de Ceci.

Um forte esquema de segurança, com policiais federais e estaduais, integrantes da Força Nacional e seguranças da própria Justiça Federal foi montado para monitorar os visitantes.

Julgamento. A escolha dos sete jurados deu início à sessão. Os advogados de defesa dos cinco acusados optaram por vetar integrantes do sexo feminino e os mais jovens que eram sorteados pelo juiz federal André Luís Maia Tobias Granja. A acusação não fez restrições. Todos os jurados aprovados são homens, apresentando mais de 40 anos.

Estavam previstos depoimentos de 20 testemunhas. Mas apenas sete, três de acusação e quatro de defesa, foram ouvidas. Duas alegaram problemas de saúde para não comparecer e as demais foram dispensadas.

O depoimento mais esperado, o da irmã de Ceci e sobrevivente da chacina Claudinete Santos Maranhão, de 41 anos, deu início à sequência. Ela reafirmou que as vítimas estavam junto com ela na varanda da casa de Ítala quando dois homens entraram no imóvel, um deles armado com revólver. Disse que conseguiu ver um dos assassinos – o segurança Jadielson Barbosa da Silva – e que se escondeu dentro da casa, logo depois de Ítala ser baleada.

Claudinete também contou ter ouvido, dos atiradores, a frase “a deputada é esta”. Incentivada pelo juiz, identificou Jadielson, apontando para ele. Disse, porém, não ter condições para identificar os outros acusados.

Em seguida, prestou depoimento o soldado reformado da PM, José Jorge Farias de Melo, que contou ter sido contratado por um homem, chamado Maurício Guedes e conhecido como Chapéu de Couro, supostamente a mando de Talvane, para assassinar outro deputado recém-eleito pela coligação, Augusto Farias. O crime teria dado errado por Farias ter descoberto o plano. O acusado, então, teria decidido matar Ceci.

A terceira testemunha de acusação foi José Luiz dos Santos, porteiro do condomínio onde mora Talvane Albuquerque. Ele contou que os outros acusados costumavam visitar o então deputado.

Três das testemunhas de defesa, Edmilson Gomes de Novaes (ouvido por videoconferência), Aloísio Mendes de Souza, José Roberto Souza Veras relataram ter visto ou encontrado um dos acusados, José Alexandre dos Santos, em uma praça de Arapiraca no horário aproximado do crime. A quarta, o capitão da PM George Pereira Silva, não confirmou ter encontrado o acusado, mas que esteve com um irmão dele.

O julgamento entrou em recesso no final da tarde e foi reiniciado à noite na fase de depoimentos dos réus. A expectativa do juiz é que a decisão do júri seja conhecida apenas na noite de amanhã.

• Justiça

CLÉIA OLIVEIRA

ADVOGADA, IRMÃ DA DEPUTADA CECI CUNHA

“Tenho a expectativa de que seja feita justiça, sem privilégios. Apenas a Justiça”

4

O ESTADO DE S. PAULO
TERESINA 17 JAN 2012
Advogado morre
durante sessão do TRE

O advogado e juiz aposentado Manoel Soares de Sousa, de 74 anos, morreu após sofrer enfarte durante sessão do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. Advogado do prefeito de São Pedro do Piauí, Matias Araújo, ele fez a defesa do cliente, se sentiu mal e caiu na saída do plenário. Sousa foi socorrido pelo médico do TRE e levado a um hospital, mas chegou morto. Havia sido membro do TRE do Piauí de 2007 a 2009.

Grupo tenta reduzir poder de Peluso na presidência do CNJ

Conselheiros querem mudar normas internas
do órgão de controle do Judiciário

Propostas que podem diminuir autonomia do presidente do conselho dependem da aprovação da maioria

Integrantes do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) começaram ontem a se mobilizar para reduzir os poderes que o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Cezar Peluso, tem como presidente do conselho.

Um grupo de conselheiros apresentará duas propostas quando o órgão voltar ao trabalho, na semana que vem.

Uma autoriza uma comissão interna a tomar a iniciativa de fiscalizar a transparência de gastos dos tribunais federais e estaduais. A outra retira da presidência a prerrogativa de escolher e destituir o secretário-geral, cargo responsável pelo apoio técnico e administrativo do CNJ.

O regimento interno do CNJ diz que cabe à presidência do órgão fiscalizar os portais de transparência dos tribunais — com exceção do STF — e nomear o secretário-geral, função ocupada hoje pelo juiz Fernando Marcondes, homem de confiança de Peluso.

O conselheiro Marcelo Nobre, que lidera a iniciativa, conversou ontem com quatro colegas de CNJ para escrever as propostas, que serão sub-

metidas ao plenário do conselho e só entrarão em vigor se forem aprovadas por pelo menos 8 dos 15 integrantes do órgão de controle.

A Folha teve acesso às minutas discutidas. Nobre e seus aliados acreditam ter condições de conquistar pelo menos mais quatro votos a favor da mudança, o que seria suficiente para ter a maioria no conselho.

Dois episódios levaram a essa articulação interna: a crise envolvendo a falta de transparência nos orçamentos dos tribunais federais e estaduais, que opôs Peluso e a corregedora Eliana Calmon, principalmente no caso do Tribunal de Justiça paulista, e dois recentes contratos, de R\$ 44,9 milhões e R\$ 8,6 milhões, assinados pela administração do CNJ para a informatização do órgão.

Representante da Câmara dos Deputados no CNJ, Nobre cobrou explicações da direção do conselho em relação a esses contratos, que incluem a aquisição de uma sala-cofre sem licitação.

“Não houve da parte de ninguém da direção do CNJ, da presidência, do secretário-geral, um movimento para explicar essa situação”, afirmou. “As pessoas fazem o que querem e não justificam. Isso é inaceitável. Todos ficam sabendo pela imprensa.”

A Folha procurou ontem Peluso e Fernando Marcondes para comentar as propos-

tas, mas ambos preferiram não se manifestar.

Pela proposta que começou a ser discutida ontem, o secretário-geral seria escolhido por votação secreta e eleito com aprovação da maioria absoluta do CNJ. A sua destituição dependeria dos votos de um terço dos integrantes do conselho.

“O secretário-geral é do CNJ, não do presidente. Essa pessoa precisa ter legitimidade”, afirmou Nobre. Para valer, a nova regra depende apenas de uma alteração no regimento interno do conselho.

Já a proposta que trata da fiscalização dos Portais da Transparência nos Estados mexeria em outra norma interna, a resolução de número 102, de dezembro de 2009, que rege o tema.

O novo texto que será colocado em votação diz que “a Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do Conselho Nacional de Justiça verificará periodicamente o cumprimento” das obrigações dos tribunais.

Hoje, essa comissão pode apenas analisar os dados enviados ao CNJ e só Peluso tem autoridade para cobrar informações e determinar mudanças nos portais dos tribunais. Se a proposta de Nobre for aprovada, a comissão, que é formada por cinco conselheiros do CNJ, também poderia tomar essa iniciativa.

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO 17 JAN 2012

EMBATE NO CNJ

Conselheiros apresentarão propostas que limitam poderes do presidente do conselho, cargo ocupado pelo chefe do STF

PROPOSTAS QUE SERÃO APRESENTADAS

1. TRANSPARÊNCIA

Passar a atribuição de fiscalizar a transparência dos tribunais estaduais do presidente do CNJ para uma comissão de conselheiros

2. SECRETARIA GERAL

Tirar da presidência a prerrogativa de escolha do secretário-geral do CNJ, cargo de confiança e responsável pela administração do conselho

A CRISE NO JUDICIÁRIO

DIVERGÊNCIA

CRÍTICAS

Em 2011, o poder de investigação do CNJ foi foco de atrito entre a corregedora e o presidente do conselho

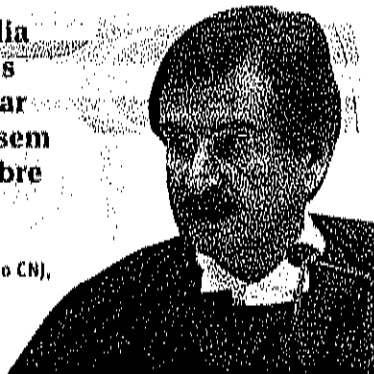
“ A magistratura [...] está com gravíssimos problemas de infiltração de bandidos que estão escondidos atrás da toga

Eliana Calmon, corregedora do CNJ, em 26.set.11



“ O CNJ repudia acusações levianas que, sem identificar pessoas, lançam, sem prova, dúvidas sobre a honra de juízes

CEZAR PELUSO, presidente do CNJ, ao ler nota em 27.set.11



AS INVESTIGAÇÕES

FORÇA-TAREFA

Em dezembro, o CNJ ordenou inspeções em tribunais de 22 Estados. Liminares do STF limitaram a ação do conselho

CRISE

As investigações abriram uma crise no Judiciário após associações de magistrados acusarem o conselho de quebrar o sigilo fiscal de juízes, o que a entidade nega

CONTINUA

Corregedora nega ao TJ dados sobre juízes investigados

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo Ivan Sartori pediu à corregedora do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) Eliana Calmon nomes e dados das investigações sobre magistrados da corte paulista e teve o pedido negado.

Segundo a assessoria de Calmon, as informações não foram passadas ao presidente do TJ pois "dados sigilosos só são fornecidos quando formalmente solicitados".

Sartori esteve reunido com a corregedora por cerca de duas horas em Brasília. A princípio, o encontro foi agendado para a entrega do convite da cerimônia de posse solene do desembargador paulista em fevereiro.

"A conversa foi muito amistosa, e o tribunal mostrou que não tem nada contra o CNJ. Também disse a ela que eu gostaria de saber se havia algum caso concreto e específico contra desembargador que eu quero investigar", disse o desembargador.

Mas o pedido não foi atendido. "Ela foi evasiva. Não disse que tinha nem disse que não tinha. Pedi os casos, mas ela não me deu nenhum", afirmou Sartori.

A assessoria da corregedora informou que "a conversa foi de cooperação e transparência e, em que pese a boa intenção do presidente do tribunal, dados sigilosos só são fornecidos quando formalmente solicitados pelas autoridades competentes".

Hoje Sartori pretende questionar em São Paulo representantes do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), órgão fiscalizador do Ministério da Fazenda, sobre as apurações no tribunal.

Audidores do Coaf participaram da inspeção realizada no TJ de 5 a 14 de dezembro. O órgão também foi o responsável por vasculhar 217 mil movimentações financeiras de juízes e servidores em busca de transações atípicas.

O relatório desse trabalho apontou que integrantes do TJ de São Paulo fizeram operações fora do padrão em dinheiro no valor de R\$ 53,8 milhões entre 2000 e 2010.

"Quero entender o relatório do Coaf. O TJ de São Paulo possui 55 mil servidores e mais de 2.000 juízes em folha. Evidentemente, no período apontado, haveria um movimento altíssimo", afirmou o presidente do TJ.

JUDICIÁRIO

TRT-RJ PEDE A CNJ DADOS DE INVESTIGAÇÃO

O vice-presidente do TRT (Tribunal Regional do Trabalho) do Rio, desembargador Carlos Drummond, afirmou ontem que vai solicitar ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça) informações sobre as movimentações consideradas atípicas à "pessoa relacionada" ao tribunal. Relatório do CNJ aponta que o Coaf, órgão da Fazenda, identificou que R\$ 282,9 milhões foram movimentados em 2002 por uma "pessoa relacionada" ao TRT da 1ª Região, no Rio.

FOLHA DE S. PAULO

Vigiar e punir 17 JAN 2012

O novo titular da Secretaria da Reforma do Judiciário, vinculada ao Ministério da Justiça, declarou-se favorável a mudanças legais que autorizem a demissão de magistrados em caso de irregularidades administrativas comprovadas.

De acordo com a Lei Orgânica da Magistratura Nacional, de 1979, juízes só podem ser demitidos do serviço público em decorrência de processos penais por crime comum; exercício de outras funções profissionais (à exceção do magistério); recebimento de remuneração relativa a processos; e dedicação a atividades partidárias.

Quando da tramitação da reforma do Judiciário, a Câmara aprovou texto que permitia ao Conselho Nacional de Justiça demitir em casos de desvios, mas o dispositivo foi excluído pelo Senado.

Hoje o CNJ pode determinar apenas a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com proventos proporcionais ao tempo de serviço —o que se parece mais com um prêmio do que com uma punição.

Ao negar ao CNJ a possibilidade de demitir, o Senado baseou-se no argumento, defendido por entidades classistas, de que a prerrogativa feria o princípio da vitaliciedade dos membros do Judiciário —

garantia constitucional que contribui para a independência do juiz.

É preciso, porém, que o bom senso prevaleça: o sentido da vitaliciedade é proteger o juiz —e a sociedade— de pressões que possam deformar o julgamento, não criar uma condição propícia para a prática de atividades ilícitas.

Como opinou o novo secretário, parece razoável que a legislação contemple, em casos de responsabilidade patente, a exclusão do magistrado do serviço público —resguardado, obviamente, o amplo direito à defesa. É assim que acontece, por exemplo, em países da Europa, onde órgãos semelhantes ao CNJ podem, em situações extremas, decidir pelo desligamento.

A lei só pode ser modificada por iniciativa do Supremo Tribunal Federal. A expectativa é que até o mês de abril o presidente da Corte, ministro Cezar Peluso, envie ao Congresso uma nova proposta.

Será uma oportunidade para o país discutir o aperfeiçoamento das normas em vigor. A magistratura não pode prescindir de mecanismos que protejam sua imparcialidade, mas não faz sentido pretender que juízes corruptos são de fato punidos com a inatividade remunerada.

FOLHA DE S. PAULO

ELIANE CANTANHÊDE

Punição e prêmio

17 JAN 2012

BRÁSILIA - A maior pena prevista na Lei Orgânica da Magistratura, de 1979, é a aposentadoria compulsória. Um juiz mal intencionado pode fazer o que bem entender, inclusive vender sentenças e, no máximo, ir para a casa, talvez constringido, mas com contas bancárias gordas e garantidas para sempre.

Como bem disse à **Folha** o novo secretário da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, Flávio Caetano, isso precisa ser discutido. Por óbvio. "A aposentadoria não é tida juridicamente como punição. Pelo contrário, é um direito."

Na verdade, aposentadoria não é punição —nem jurídica nem real—, nem aqui nem na China. E, no caso de juízes que cometam irregularidades, não é um direito, mas um prêmio, um privilégio, uma forma de amenizar o escândalo e todos lavarem as mãos.

Caetano lembrou que, no caso dos (demais) servidores públicos, quem deve paga com demissão. "Punição é demissão", disse. Ou, como já especificara a ministra Eliana Calmon: "Tem de mexer no bolso".

Avança assim a discussão sobre a falta de transparência do Judiciário, Poder que tem de estar acima de qualquer suspeita, pois analisa, julga e, eventualmente, condena tudo e todos, inclusive ministros, altos funcionários, deputados e senadores —ou seja, de certa forma, está acima do Legislativo e do Executivo.

Nesse contexto, é inviável manter abertas as "operações atípicas" de mais de R\$ 800 milhões assombrando juízes e servidores do Judiciário. É preciso exorcizar: separar o legal do ilegal e, nesse caso, mostrar quem, como, onde e por quê.

Pelo país afora, juízes reclamam da "generalização que a imprensa está fazendo". Mas não é a imprensa. O que generaliza o que não é geral é a impunidade, o jeitinho da "aposentadoria", a cultura de deixar pra lá e o medo do julgamento da sociedade. A transparência não é contra, mas, sim, a favor dos juízes. Que não paguem os justos pelos pecadores.

FOLHA DE S. PAULO

MINHA HISTÓRIA RODRIGO CUNHA

13 ANOS 17 JAN 2012

DE ESPERA

Filho de deputada morta se prepara para o julgamento do crime. "Foi difícil escutar: 'Por que você não vai lá e resolve isso?'"

Alagoas ainda tem fama de ser terra de pistoleiro, onde a gente tem que revidar. Foi difícil escutar as pessoas dizendo: "Rapaz, por que você não vai lá e resolve isso?"

Em 16 de dezembro de 1998, minha mãe, a deputada Ceci Cunha, foi diplomada para mais um mandato. Era um momento de muita alegria para nós. Na época, eu tinha 17 anos.

No dia do crime, comecei a receber telefonemas de pessoas que não costumam me ligar. Perguntavam se estava tudo bem, eu dizia que sim, desligavam. Tentava falar com meus pais, mas não conseguia. Telefonei para a minha irmã, na época com 19 anos, que disse estar recebendo as mesmas ligações.

Não tivemos dúvida de que alguma coisa tinha acontecido com nossos pais.

Começamos a percorrer os hospitais. Ninguém tinha coragem de nos dizer.

Ao chegar ao terceiro hospital, um taxista falou ter ouvido que tinham matado a deputada e toda a família dela. Abracei minha irmã e começamos a chorar.

Depois entendemos que as pessoas ligavam para a gente porque pensavam que também tínhamos sido mortos.

Foi um crime que marcou nossa vida. Em 2000, Talvane Albuquerque [acusado de ser o mandante do crime] se matriculou na mesma faculdade de direito que eu, em Maceló. Desisti do curso. Não conseguiria conviver com ele.

Seis meses depois, fiz vestibular em outra faculdade.

Nossa cultura é resolver as coisas na bala, acredito que pela certeza da impunidade. Mas minha índole e minha educação nunca foram essas.

Meu caminho foi o mais sofrido: ir atrás da Justiça mesmo sabendo que os bandidos que tinham matado meus pais estavam soltos.

Via os acusados indo a restaurantes, à praia, como se não tivessem feito nada. Ficaram presos por pouquíssimo tempo.

O JULGAMENTO

Nada justifica a demora de 13 anos para o julgamento. O processo está bem instruído, não existem duas versões e há provas robustas. Mas os advogados de defesa sempre conseguiram adiar.

O que mais eu ouvia era: "Não se iluda, não vai dar em nada". Eu respondia: acredito e vou lutar para isso.

Criei um site [www.queremosjustica.com.br], que reúne o conteúdo do processo. Há um vídeo de um dos assassinos confessando.

Muitos acham que eu digo que foi Talvane o mandante porque ele foi o único beneficiado com a morte de minha mãe. Mas tenho certeza pelas provas do processo. Acredito na condenação.

Estou preparado para acompanhar o julgamento. Será uma carga emocional muito forte, mas é necessário para fechar o ciclo, cicatrizar feridas e virar a página.

Até hoje não vi foto do crime. Acredito que, no julgamento, quando mostrarem as imagens, vou fechar os olhos.

Quero guardar a imagem da minha mãe e do meu pai como pessoas felizes.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

17 JAN 2012

Não há prova que ligue acusado a crime, diz defesa

As acusações contra o ex-deputado federal Talvane Albuquerque são "apenas ilações" e não existem provas que o vinculem ao assassinato de Ceci Cunha, segundo o advogado de defesa, Welton Roberto.

De acordo com ele, a acusação nunca buscou outros suspeitos.

"Ele [Talvane] está apreensivo, mas tranquilo. Espera que o julgamento ocorra com imparcialidade, pois há muita pressão em Alagoas pela sua condenação", afirmou.

Para o advogado, o tribunal do júri pode ser anulado, pois dois recursos contra a decisão de submeter os réus a júri popular ainda não foram julgados.

Isso significa que o julgamento foi marcado sem que as possibilidades de recurso no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça tivessem se esgotado.

Ontem, no primeiro dia do julgamento, as testemunhas de acusação voltaram a dizer que Talvane foi o mandante do crime. A previsão é que o julgamento se estenda até sexta-feira.

LENTIDÃO NOS TRIBUNAIS

Programa **Justiça Plena** segue casos como o de Ceci Cunha

O PROGRAMA

Foi lançado em 2010 por CNJ, Secretaria de Direitos Humanos, entre outros, para dar visibilidade ao andamento de ações "**de grande repercussão social**". Hoje segue 70 delas

PRINCIPAIS CASOS

O programa começou com **dez casos** que levaram o país a ser citado na Corte Interamericana pela demora nos julgamentos

ALGUNS CASOS INICIAIS

> PARÁ

Presidente de sindicato foi morto a tiros em 21.nov.2000. Dois fazendeiros chegaram a ser presos suspeitos de serem mandantes, mas foram soltos

> CEARÁ

Paciente com problemas psiquiátricos morreu em 1999 em uma clínica conveniada ao SUS. No dia de sua morte, três após a internação, sua mãe o encontrou ferido e amarrado

Fonte: CNJ e Secretaria de Direitos Humanos

RESUMO O advogado Rodrigo Cunha, 30, tinha 17 anos quando sua mãe, a deputada federal Ceci Cunha (PSDB-AL), e seu pai, Juvenal Cunha, foram mortos a tiros em Maceió. O crime aconteceu no dia em que Ceci foi diplomada pela Justiça, em 1998. Um cunhado da deputada e a mãe dele também morreram. O então deputado Talvane Albuquerque, eleito pelo PTN, foi denunciado como mandante. Ontem, os cinco acusados de participar do crime começaram a ser julgados.

FOLHA DE S. PAULO

MONICA BERGAMO

O CALDO ENTORNOU 17 JAN 2012

O chef Eric Jacquin, da brasserie que leva seu nome, em Higienópolis, foi condenado a pagar R\$ 62 mil de indenização a um funcionário que diz ter apanhado dele. Matheus Lima Alves, que trabalhava na cozinha, teria levado um tapa e um pontapé do francês. “Ele reclamou que meu cliente não havia cortado pedaços de pato na espessura correta e o agrediu”, diz a advogada Maria Valéria Belluzzo.

SEGUNDO TURNO

A decisão é de primeira instância, da 2ª Região da Justiça do Trabalho. Jacquin ainda pode recorrer. Ele disse por meio de sua assessoria que não irá se manifestar sobre o assunto.

17 JAN 2012

FOLHA DE LONDRINA

Liminar exige regularização da Centrofarma

Central de Medicamentos da Secretaria da Saúde de Londrina tem 60 dias para corrigir problemas apontados pelo MP

Londrina - A Secretaria de Saúde de Londrina tem 60 dias para regularizar a situação da Central de Medicamentos e Material de Consumo Hospitalar (Centrofarma). Se até a metade de março as 17 irregularidades relacionadas desde a condição de trabalho de funcionários até falta de licença ambiental, não forem solucionadas, no prazo a Secretaria será multada diariamente em R\$ 5 mil.

A regularização da Centrofarma é exigida por uma decisão do juiz Marcos José de Oliveira, da Vara da Fazenda, da última sexta-feira. O local foi vistoriado em outubro do ano passado pela Vigilância Sanitária, a pedido do promotor de Defesa da Saúde, Paulo Tavares, que entrou com a ação civil pública contra a Secretaria em dezembro. A ação alertava que "as irregularidades estão colocando em risco a vida e a saúde dos servidores municipais e dos usuários do SUS".

"A Centrofarma é como se fosse o coração da Secretaria de Saúde. É lá que são armazenados os medicamentos (entre outros

Secretário diz que falhas serão corrigidas dentro do prazo

produtos médicos) que abastecem as Unidades de Saúde de Londrina, além do PAM e

PAI (Pronto Atendimento Municipal e Infantil). Foram encontrados problemas graves, relacionados a armazenamento e transporte dos produtos. São apenas dois veículos que fazem a entrega dos medicamentos", afirmou Tavares.

De acordo com o promotor, a Centrofarma não possui Plano de Gerenciamento de Resíduos, nem Licença Ambiental, e também do Corpo de Bombeiros. Também não há Manual de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento, Treinamento de Profissionais. "Todos os extintores do local estavam vencidos e não havia local segregado, específico e identificado para produtos inflamáveis", afirmou o promotor. A Centrofarma está localizada na região central de Londrina, Rua Amapá, num barracão de 900 metros quadrados.

Foi uma denúncia de conselheiros municipais de Saúde que motivou o promotor Paulo Tavares a pedir um relatório da situação da Centrofarma no ano passado.

O secretário de Saúde, Edson de Souza, afirmou ontem que não havia sido notificado da decisão liminar, mas disse que a Secretaria já estaria regularizando a situação da Centrofarma. "Nos próximos dias devo receber um novo relatório da Vigilância Sanitária apontando quais são os pontos que ainda não foram regularizados". Segundo Souza, o que não tiver sido solucionado será regularizado no prazo estipulado pela liminar.

De acordo com o promotor Paulo Tavares, em março será feito um novo pedido para que a Vigilância vistorie a Centrofarma a fim de verificar se as 17 irregularidades foram sanadas.

FOLHA DE LONDRINA

Ex-prefeito de Arapongas condenado pelo TJ

O Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná condenou o ex-prefeito de Arapongas, nas gestões 1997-2004, José Aparecido Bisca, e o médico Luiz Geraldo Domingues, por improbidade administrativa. Segundo a denúncia apresentada pelo Ministério Público (MP) do Paraná, Domingues foi nomeado pelo ex-prefeito para exercer quatro funções públicas remuneradas, ao mesmo tempo.

17 JAN 2012

Eles foram condenados, solidariamente, ao ressarcimento dos danos ao erário, ou seja, terão que devolver aos cofres públicos tudo o que foi pago pelo Município por conta das nomeações consideradas ilícitas. A sentença também determinou a suspensão dos direitos políticos do ex-prefeito pelo prazo de cinco anos.

O relator do recurso no TJ, juiz substituto Rogério Ribas, escreveu em seu voto que "não há dúvida de que o réu ex-prefeito José Aparecido Bisca patrocinou a nomeação do médico Luiz Geraldo em quatro cargos e empregos de natureza pública, com horários evidentemente incompatíveis entre si". O voto foi acompanhado pelos demais desembargadores da 5ª Câmara Cível do TJ.

O advogado dos réus, Fernando Sartori, que apresentou ontem ao TJ embargos de declaração, negou as irregularidades. Ele alega que o ex-prefeito apenas "nomeou o médico para um cargo municipal e os demais eram prestações de serviços, direito do profissional, sem a interferência de Bisca". "O médico desenvolveu um bom trabalho em todas as funções que ocupou."

17 JAN 2012

FOLHA DE LONDRINA

Justiça embarga construção de crematório na Zona Norte

Londrina - A juíza substituta da 2ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Rosângela Faoro, deferiu pedido de liminar e determinou o embargo do crematório em construção no Distrito da Warta. O prédio vem sendo edificado às margens da Rodovia Carlos João Strass, Zona Norte.

Na ação popular, o empresário José Mizaél Avelar Odebrecht alegou que a lei 7.122/1997 criou a rota gastronômica entre o Patrimônio Heimtal e a Warta. Atualmente, 12 estabelecimentos exploram essa atividade na região e atraem grande público, principalmente nos finais de semana, e o crematório poderia trazer prejuízo para os comerciantes. "Esse estabelecimento (crematório) iria prejudicar mais de 120 pessoas que trabalham nesses restaurantes. Imagina o consumidor desfrutar de uma comida boa e ver um crematório da janela", criticou Odebrecht.

Na liminar, a juíza aponta a existência do requisito da verossimilhança da alegação: "O que se verifica é que, aguardar o final da demanda para, eventualmente, mandar demolir o que foi feito, constituir-se em um notável prejuízo, não só para o autor, porque o crematório já poderia estar em pleno funcionamento, como para o próprio réu Crematórios do Brasil Ltda., que depois de todos os investimentos realizados, teria que desfazer sua obra gastando duplamente".

Comerciantes aprovam

Rosângela Faoro determinou a intimação do proprietário do crematório, construtor e operários sobre a decisão. A liminar foi expedida no último dia 10, mas a obra segue em andamento. Ontem, a FOLHA flagrou cinco pedreiros erguendo a parede frontal do barracão. "Sou empregado, não estou sabendo de nada", disse um deles tentando se explicar. "A gente está esperando a publicação para o efetivo embargo da obra", salientou o advogado de Odebrecht, Flávio Vieira Martins.

O gerente do crematório em Londrina, José Miro, disse desconhecer a decisão judicial. Nenhum responsável pela empresa foi localizado na sede do Crematórios Brasil Ltda., em Curitiba.

Comerciantes e moradores do Distrito da Warta comemoraram a decisão judicial. "Se tem uma lei, deve ser cumprida", enfatizou o comerciante Rodrigo Oliveira Alves. "Não somos contra (o crematório), somos contrário ao lugar onde ele é construído", comentou o farmacêutico Adilson Myszynski. "O que tememos é que haja um 'Cavalo de Tróia' e essa mudança de zoneamento passe na Câmara", alertou José Mizaél Odebrecht. "Vamos reivindicar incentivos para que se desenvolva ainda mais nossa rota gastronômica", afirmou o empresário Pedro Escapilato.

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

17 JAN 2012

"Ficou provado que o processo no Brasil é complicado"

Ministra Eliana Calmon, sobre demora da
Justiça em solucionar um processo

Caso CNJ: repórter sofre tentativa de suborno

Dizendo representar as vencedoras de licitação R\$ 68,6 milhões do Conselho Nacional de Justiça, o sr. Geraldo Tavares Jr, consultor da AFB Advocacia, com sede em Brasília, ofereceu propina a um repórter da rádio BandNews FM Brasília para que a emissora e esta coluna divulgassem o assunto sob a ótica dele. A conversa foi gravada. As empresas CDS e NTC, parceiras da Oracle e vencedoras da licitação, negaram que Tavares Jr estivesse autorizado a falar em nome delas.

O 'contraponto'

Geraldo Tavares Jr procurou a rádio dizendo pretender esclarecer as críticas à licitação, aliás realizada no prazo recorde de nove dias.

Dinheiro na conta

Segundo o repórter, o consultor propôs propina. Sócio da AFB, Edvaldo Costa Barreto Jr afirmou que seu escritório representa a CDS/NTC.

Salto milionário

O projeto de ampliação do datacenter do CNJ, inicialmente estimado em R\$ 5 milhões, acabou custando 14 vezes mais: R\$ 68,6 milhões.

Divergência eliminada

O CNJ afastou o ex-diretor de Informática, Declieux Danthas, e a ex-diretora-geral, Helena Azuma, por divergirem da compra milionária.

INFORME

Recadastramento

Para agilizar o processo, o TRE instalou 235 quichês e permite o agendamento via internet. Diariamente têm comparecido cerca de 7,2 mil pessoas. Terminado o período de recadastramento, o TRE continuará realizando títulos para novos eleitores, até o dia 9 de maio, conforme estabelecido pelo TSE.

AGENDA

Magistratura

Curitiba - Abertas as inscrições para os cursos da Escola da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná (Ematra). A escola vai iniciar novas turmas da pós-graduação em Direito Material, Processual e Previdenciário e do curso anual preparatório para ingresso na Magistratura Federal do Trabalho. As aulas iniciam nos dias 27 de fevereiro e 5 de março, respectivamente. Informações no www.ematra9.org.br, na sede da escola - Av. Vicente Machado, 320, 10º andar, sala 1003, das 13h às 19 horas, ou pelo fone (41) 3232-3024.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Informe Judiciário

17 JAN 2012

Presidente do TJPR Inaugura
nova sede dos Julzados Especiais



O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourl Neto, inaugurou na manhã da quarta-feira (11) a nova sede dos Julzados Especiais Cível, Criminal e da Fazenda Pública, que passam a atender na Avenida Getúlio Vargas 2826. "Hoje temos aqui não só a inauguração de instalações mais confortáveis, mas também uma demonstração de respeito ao povo, magistrados, servidores e conciliadores", disse o presidente. O 2º vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Ivan Bortoleto, supervisor do Sistema dos Julzados Especiais, lembrou que a instalação dos Julzados nesse prédio é mais um passo na busca de melhores condições, até que se possa viabilizar o novo centro judiciário. Os Julzados estavam instalados em três endereços, nos bairros Centro Cívico, Alto da XV e São Francisco. Participaram da solenidade de inauguração também o 1º vice-presidente do Tribunal de Justiça, Onésimo Mendonça de Anunciação; a magistrada Letícia Marina Conti, juíza diretora do Fórum; os desembargadores Guido Dobeli e Guilherme Gomes; o procurador Geral do Estado, Júlio Cesar Zen Cardoso, representando o governador Beto Richa; o secretário estadual de Segurança, Reinaldo de Almeida César Sobrinho; e a procuradora do Município de Curitiba, Claudine Bettles.

CONTINUA

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONTINUAÇÃO 17 JAN 2012

Feriados e suspensões de expediente

Pelo decreto judiciário nº 927/2011, assinado pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, desembargador Miguel Kfourl Neto, fica definido para as repartições forenses do Estado do Paraná, o calendário de feriados no ano de 2012: fevereiro: dias 20 e 21 (Carnaval); abril: dia 6 (Paixão de Cristo); maio: dia 1º (dia do Trabalho); junho: dia 7 (Corpus Christi); setembro: dia 7 (Independência do Brasil); outubro: dia 12 (Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil); novembro: dias 2 (Feriados) e 15 (Proclamação da República); dezembro: dias 19 (Emancipação Política do Paraná) e 25 (Natal).

Autorização de viagem

O Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da Juventude do Paraná comunica que foram alteradas as competências da 1ª e da 2ª Varas da Infância e da Juventude, bem como a da 12ª Vara Criminal - Vara de Crimes contra a Criança e Adolescente do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. De acordo com os termos da Resolução nº 23, de 25 de novembro de 2011, que dispõe sobre a competência das referidas Varas, a partir do dia 9 de janeiro de 2012, as autorizações de viagem passaram a ser fornecidas pela 12ª Vara Criminal de Curitiba (Vara de Crimes contra a Criança e Adolescente), situada à Av. Iguaçu, 750 - Rebouças, fones: (41) 3223-4672 e 32233149.

Correições

No mês de fevereiro a Corregedoria-Geral da Justiça realiza correição geral ordinária, em todos os escritórios judiciais e extrajudiciais na Vara de Inquiridos Policiais, na 1ª Vara Cível e no 1º Juizado Especial Cível (dia 7); na 1ª Vara Criminal, na 2ª Vara Cível e no 2º Juizado Especial Cível (dia 8); São João do Triunfo (13); Ipiranga (14); Prudentópolis (15); Imbituva (16 e 17); Salto do Lontra (27); Santo Antônio do Sudoeste (28 e 29) e ainda Barracão, nos dias 1º e 2 de março.

Plantão Judiciário

Os juizes de Direito Vanessa Jamus Marchi (1º grau) e Wellington Emanuel Coimbra de Moura (2º grau) respondem pelo Plantão Judiciário referente ao período de 16 a 23 de janeiro. O serviço de plantão funciona entre o término do expediente forense (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e, também, durante as 24 horas do dia quando não houver expediente forense. O Plantão Judiciário de 1º e 2º graus de jurisdição atende no andar térreo do edifício do Palácio da Justiça, situado na Praça Nossa Senhora da Salette, s/nº, Centro Cívico, Curitiba. O telefone é (41) 3323 6767.

17 JAN 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MURK

MEDIANEIRA, COMO "FOGO MORTO"

Olivar Coneglian é hoje um bem sucedido advogado, com reconhecida competência nas questões eleitorais. Antes de advogar, foi juiz de Direito, posição em que se aposentou.

No final do mês passado, Coneglian ganhou o título de Cidadão Honorário de Medianeira, por seu papel de pacificador lá exercido como juiz.

Eis, a seguir, parte do relato que ele faz à coluna sobre



Olivar Coneglian: lembrando José Lins do Rego

a cidade que naqueles tempos encontrou, marcada pela violência, ao assumir o múnus de juiz:

"Fui juiz lá, em 79 e 1980, quando toquei a falência do Frigorífico Medianeira - Frimesa. Meu mérito, no caso, foi possibilitar a compra do frigorífico, dentro do processo de falência, para a SUDCOOP, que hoje é uma grande força industrial do Paraná. Encontrei (na época) a cidade com o mesmo panorama do "Fogo Morto", de José Lins do Rego; e quando sai de lá, o frigorífico já estava funcionando. Hoje Frimesa é uma marca mundial."

INELEGÍVEL?

Será que a condenação do ex-ministro Reinhold Stephanes a ressarcir os cofres públicos cerca de R\$ 5 milhões por pagamentos indevidos a uma editora, quando ele presidia o Banestado, vai torná-lo inelegível?

VIRMOND

Sexta-feira foi muito significativo para os amigos de Eduardo Rocha Virmond, que completava 83 anos. Passou o dia em Caiohá, com Lélia e filhos.

Neste ano, o ex-presidente da OAB-PR, do Instituto dos Advogados e ex-secretário de Estado vai comemorar 60 anos de advocacia. Merece ser festejado, esse imortal Virmond, hoje presidente da Academia Paranaense de Letras.

Justiça determina bloqueio de safra irregular

A 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) deu provimento, nesta semana, a recurso do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e determinou que um produtor de tabaco de Cachoeira do Sul (RS) deposite 50% do valor ganho com safra 2010/2011 obtida em área embargada. O valor tem por objetivo garantir a recuperação de parte da Mata Atlântica que teria sido destruída irregularmente com o plantio do fumo.

O Ibama recorreu ao tribunal após o produtor ter obtido liminar da Justiça Federal de Cachoeira do Sul para vender a safra e apropriar-se do valor, alegando dificuldades financeiras. O Instituto argumentou que o infrator não poderia lucrar com a infração e pediu o bloqueio judicial do dinheiro ganho ou da safra in natura.

Após analisar o recurso, o relator do processo, desembargador federal Vilson Darós, entendeu que deve prevalecer o interesse público. Segundo ele, por se tratar de bem perecível, deve ser feita a venda e depositado em juízo metade do valor auferido. Para Darós, essa é a forma de garantir a recuperação dos danos causados ao meio ambiente.

PEDRO WASHINGTON

E agora, César!

Uma afirmação do presidente da OAB-RJ, Wadli Daffous, recoloca em evidência as discussões iniciadas no ano passado sobre a transparência dos judiciários, questionada pelo CNJ. Em 2008, uma única pessoa do TRT do Rio (juiz ou funcionário) movimentou R\$ 282,9 milhões, segundo o Coaf. Um registro de 94,3% acima das movimentações normais do órgão naquele ano. A informação foi enviada pelo CNJ ao STF.

17 JAN 2012

LENTIDÃO

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Atrasos comprometem imagem da Justiça no país

Programa Justiça Plena, do CNJ,
acompanha processos paralisados

Esperar décadas pela solução de um processo é algo corriqueiro na Justiça brasileira, conforme evidenciam as dezenas de processos cadastrados no programa Justiça Plena, da Corregedoria Nacional de Justiça. Criado em 2010, o programa acompanha de perto casos de grande repercussão que estão encalhados há anos e tenta neutralizar as barreiras para a decisão final.

"Esses atrasos comprometem a imagem da Justiça no Brasil e no exterior", atesta a corregedora-geral Eliana Calmon. Ela acredita que é preciso "proteger" determinados processos e garante que muitos casos complexos só começaram a tramitar mais rapidamente depois que a corregedoria mostrou interesse. A solução de vários desses processos também é cobrada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Atualmente, o Justiça Plena tem 70 casos cadastrados – outros três que constavam da lista já foram resolvidos. Um dos processos mais antigos é o caso Paulipetro, que envolve o ex-governador de São Paulo Paulo Maluf. A ação popular, que está em fase de execução, tramita há mais de 30 anos para apontar responsabilidades no consórcio firmado entre o então governador e a Petrobras na tentativa de encontrar petróleo em São Paulo.

O caso Ceci Cunha, referente à

chacina que matou a deputada alagoana e seus familiares em 1998, também faz parte do Justiça Plena. O processo foi incluído no programa no início do ano passado, e depois de 13 anos, os acusados finalmente foram julgados pela primeira vez ontem (16).

Outros casos emblemáticos que compõem o Justiça Plena são a regularização fundiária do Jardim Botânico e do Horto Florestal, no Rio de Janeiro, a apuração de um dos assassinatos supostamente cometidos pelo ex-deputado Hildebrando Pascoal no Piauí, os desvios fraudulentos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e vários casos de atuação de grupos de extermínio.

Segundo Eliana, o programa evidenciou que os atrasos são parte do sistema jurídico brasileiro e acredita que a grande vilã é a burocracia. "Foi bom até para mim participar disso, pois ficou provado que o processo no Brasil é complicado. Há atrasos tanto no Ministério Público, quanto no juiz de primeira instância, quanto no tribunal. Na hora que vamos apurar as responsabilidades, vemos que ela se dilui", relata a corregedora.

Ela cita como exemplo de responsabilidade compartilhada o caso Maria da Penha, que virou símbolo da luta contra a violência doméstica. Provocada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a

corregedora apurou o motivo de a Justiça ter demorado 20 anos para colocar o ex-companheiro da farmacêutica atrás das grades. O relatório mostra que não houve qualquer ilegalidade, apenas a demora no rito processual agravada por uma série de recursos permitidos pela legislação em vigor.

17 JAN 2012

JORNAL DO ESTADO

MP pedirá prisão preventiva de Salazar

A promotora de Defesa do Consumidor, Cristina Corso Ruaro, presente ao depoimento de Gobbo, afirmou que com o material já apurado já é possível encaminhar à Justiça o pedido de prisão preventiva de Salazar, que poderá ser decretada a qualquer momento. "Os empresários e gerentes dos postos envolvidos também poderão responder pelos crimes de formação de quadrilha, sonegação fiscal e fraude contra o consumidor", disse.

A promotora, no entanto, afirmou que é praticamente im-

possível que uma fraude como a denunciada tenha ocorrido sem o conhecimentos dos donos de postos.

A fraude, que também teria lesado consumidores de São Paulo e Rio de Janeiro, consistia na utilização de um controle remoto para controlar a vazão do combustível e, com isso, fornecer menos do que era registrado na bomba. A fraude foi classificada pelo presidente do Sindicato de Combustíveis do Paraná (Sindicombustíveis), Roberto Fregonesse, como a do litro de 900 ml

Os fiscais do Instituto de Pesos e Medidas do Paraná (Ipem-PR) devem encaminhar o relatório das fiscalizações nos 43 clientes da Power Bombas ao Ministério Público Estadual.

Segundo a Lei 9847/99 (artigo 10), os responsáveis por postos revendedores com autorização de funcionamento revogada pela Agência Nacional de Petróleo e Gás (ANP), em função de fraudes ou qualquer tipo de irregularidade, ficam impedidos, por cinco anos, de exercer a atividade,

Retorno complicado

O vereador João Cláudio Derosso (PSDB), que se licenciou da presidência da Câmara Municipal de Curitiba por 90 dias, no final do ano passado, em meio às denúncias de irregularidades nos contratos de publicidade da Casa, deve retornar ao cargo a partir de fevereiro. A volta deve suscitar nova discussão na Justiça sobre a situação do tucano. É que, na época, o Ministério Público chegou a pedir o afastamento, em caráter liminar, de Derosso do cargo, para evitar o risco de intimidação de testemunhas ou destruição de provas. A Justiça, porém, decidiu não apreciar o pedido diante da decisão do vereador de se licenciar por conta própria. Caso ele volte ao posto, o MP deve pedir a reavaliação do pedido.

JUSTIÇA

JORNAL DO ESTADO

TRT no RJ pede detalhes de investigação

O Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (Rio de Janeiro) está pedindo ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) esclarecimentos sobre a investigação em que foram detectadas 16 movimentações financeiras atípicas, que totalizaram R\$ 282,9 milhões em 2002, feitas por pessoa próxima a juiz, ou servidor da corte. O vice-presidente do TRT-RJ, desembargador Carlos Alberto Araujo Drummond, afirmou ontem que a instituição aguarda informações para tomar as providências que, dentro da lei, couberem - possivelmente, uma apuração a ser conduzida por sua Corregedoria. Ressaltou, porém, que o tribunal desconhece o assunto.

"Desconhecemos completamente o assunto. Sequer sabemos do que se trata. Fica difícil falar sobre aquilo que não se conhece. Seria mera especulação. Não sabemos sequer como se chegou a esse valor, se é um somatório de movimentações, se é o mesmo valor movimentado várias vezes, se é verdade, se é um servidor nosso, se é um funcionário, se é terceirizado. Enfim, não temos a menor informação do que se trata. Mas estamos aqui prontos para as providências que se fizerem necessárias", afirmou o magistrado.

17 JAN 2012

Cohapar pode entrar em área para construir moradia para população de baixa renda

17/01/2012

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Ari Pargendler, suspendeu decisão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) que impedia a Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar) de entrar em área em processo de desapropriação para realizar obras de caráter social e de proteção ambiental.

No processo de desapropriação, o juízo de primeiro grau deferiu a imissão provisória na posse do terreno, mas a decisão foi reformada pelo tribunal estadual. A Cohapar entrou então com pedido de suspensão de liminar e sentença no STJ, ao argumento de que a não continuidade do projeto, ainda que por determinação judicial, trará inevitável lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública.

Além disso, afirmou que mais de 600 famílias estão devidamente selecionadas para o processo de alocação habitacional de acordo com a política de moradia do estado e que a suspensão da imissão retardará a inclusão social de tais famílias, mantendo-as, inclusive, em área de manancial, o que é vedado e prejudicial ao meio ambiente.

Ao decidir, o ministro Ari Pargendler destacou que, caracterizada lesão grave a quaisquer dos interesses públicos relevantes, a suspensão da liminar é medida de justiça, notadamente porque a suspensão não se sobrepõe à autoridade da sentença definitiva.

O presidente ressaltou, ainda, que na espécie, em que há decreto declarando área de utilidade pública, e subsequente ação de desapropriação instruída pelo depósito do valor da indenização, causa grave lesão à ordem pública a decisão que inibe a imissão provisória da Cohapar naquela área, impedindo a realização das obras sociais e ambientais.

Processos: SLS 1489